



## Relatório de Actividades de 2025

### Introdução

O ano de 2025 constituiu mais um período positivo na vida da APPACDM de Setúbal – em termos de resultados operacionais, passou a constituir mesmo um marco histórico na vida institucional, mercê dos quase 600 mil euros de resultados positivos.

Mas o pendor favorável deste período não se circunscreveu ao plano financeiro, antes marcou, transversalmente, toda a nossa realidade, todas as nossas valências, projectos e dinâmicas.

Com as obras de construção do Centro Miguel Simas a concentrarem as nossas principais energias e atenções, poderíamos ser tentados ou até compelidos a aliviar o cuidado que requerem todas as outras vertentes institucionais, podendo este descuido traduzir-se em estagnação e danos significativos na nossa capacidade instalada e consolidada e na assunção das nossas naturais responsabilidades.

E se as diversas respostas sociais enquadradas e protocoladas com as várias entidades de tutela, nomeadamente a Segurança Social, o Instituto de Emprego e Formação Profissional e o Ministério da Educação, nunca estão dispensadas do cumprimento integral das suas obrigações principais, existem outros vectores da intervenção institucional que poderiam ser relegados, injustificadamente secundados ou mesmo abandonados.

Em termos gerais, não assumimos essa posição e até conseguimos, relativamente a alguns aspectos importantes, reforçar o investimento e ousar modelos e propostas mais ambiciosos.

Destacamos os domínios da manutenção e dos recursos humanos, ambos beneficiados de medidas significativas, não obstante um e outro, embora de maneiras diferentes, continuarem a apresentar insuficiências e contradições difíceis de mitigar e a gerar tensões que, embora inspiradas por questões de ordem geral, têm uma expressão particular em cada contexto específico.

O nosso edificado está velho, alguns edifícios sofrem de problemas estruturais de origem e a nossa acção quotidiana, pela natureza dos utilizadores principais e habituais, provoca um desgaste permanente e acentuado. Foram realizadas reparações de alguma expressão, cujo ritmo foi perturbado por uma necessidade constante de intervenções de emergência, dificultando ou impedindo o cumprimento de uma agenda mais ambiciosa



## Recursos humanos

Mais do que em qualquer outro período, durante o ano de 2025, a instituição manteve uma atenção redobrada e permanente relativamente ao sector dos recursos humanos. Sem perder de vista o quadro legal e as diversas disposições que determinam a relação contratual a que estamos vinculados, quisemos e pudemos aduzir, de forma complementar e voluntária, algumas medidas que lhes foram favoráveis e empenhámo-nos em tornar mais ágil e rigorosa a resposta às suas questões e solicitações.

Temos consciência da manifesta insuficiência das medidas adoptadas, mas também sabemos que a alteração significativa deste quadro, nomeadamente em matéria salarial, não ocorrerá sem a alteração da matriz de financiamento das instituições particulares de solidariedade social, sem a qual qualquer aventureirismo irresponsável, mesmo bem-intencionado, pode dar origem a consequências graves.

Os recursos humanos são o nosso principal activo, no qual investimos uma parte muito significativo dos nossos recursos financeiros. Qualquer alteração nesta parcela, sem possibilidade de correcção ou reversão e sem a devida sustentação alteraria profundamente a estrutura de custos e conduziria, automaticamente a desequilíbrios muito difíceis de corrigir.

Ao apostarmos num ambiente de maior distensão e intensificarmos e aperfeiçoarmos os mecanismos de diálogo e de auscultação das preocupações e aspirações dos trabalhadores, conseguimos aliviar os bloqueios e os constrangimentos dos últimos anos e parametrizar espaços amplos de entendimento.

Este trajecto de aproximação não assentou numa cedência errática e casuística e muito menos na validação de todas as reivindicações ou propostas, como se a sua consideração obedecesse a um sentido único e inexorável.

## Importância da formação profissional

A formação profissional foi um dos domínios em que consolidamos e aprofundamos os progressos registados nos últimos anos. O número de horas de formação cumpridos pelos nossos trabalhadores foi sensivelmente o mesmo do ano transacto, mas a qualidade das acções propostas melhorou significativamente.

Conseguimos encontrar e acolher parcerias importantes, no desenvolvimento das quais asseguramos uma maior diversidade de temáticas e de públicos abrangidos.

Paulatinamente, desconstruímos a ideia de estarmos a perseguir, antes de tudo o mais, o mero cumprimento de um preceito legal, e, através da qualidade média das acções propostas, almejamos níveis de adesão e satisfação mais elevados.



A formação continuada e contextualizada dos nossos trabalhadores, mais profunda e estruturante, germinada numa realidade necessariamente estimulante e desafiante, assume uma acuidade particular para a renovação e fortalecimento da nossa capacidade de inovação, sem a qual ficamos à mercê de uma estagnação paralisante.

Com uma volatilidade crescente dos quadros de pessoal, sem uma política consistente de formação dos trabalhadores, sobretudo os de nível superior, a instituição corre o risco de ter de interromper percursos importantes e auspiciosos ou suportar interregnos devastadores de alguns dos seus projectos e dinâmicas.

Esse receio chegou a pairar numa fase específica da vida institucional e só quando fomos confrontados com a necessidade de substituição de algumas coordenações essa dúvida foi desfeita. Mais recentemente, tivemos necessidade de colmatar algumas saídas relevantes e das mudanças operadas não têm resultado perdas assinaláveis para além de uma natural inexperiência, rapidamente superada.

Esta constatação atesta a nossa capacidade de proporcionar a jovens trabalhadores oportunidades de aprendizagem e de evolução, condição que devemos manter e aprofundar.

#### O poder transformador da APPACDM de Setúbal

A importância e o poder transformador da APPACDM de Setúbal radicam na sua capacidade de participação plena em todos os planos da vida da sociedade.

Em vez de oferecermos pequenos contributos pontuais, mesmo que importantes, temos de ganhar e afirmar o direito de participar de corpo inteiro em todas as fases dos processos sociais que marcam a sociedade contemporânea.

Temos especiais, acrescidas e naturais responsabilidades relativamente a grupos e dinâmicas específicas, mas a complacência com o seu isolamento ou descontextualização prejudica e atrasa qualquer ímpeto transformador.

A APPACDM de Setúbal vale pelo número de utentes e famílias que acompanha e apoia; vale pelo número de funcionários que emprega nessas múltiplas funções; vale pela quantidade e pela qualidade das parcerias às quais empresta os seus recursos; mas vale, sobretudo, pelo modo como influencia a sociedade, as suas tendências matriciais, as suas sensibilidades e opções, os projectos concretos em que aposta e investe.

Um ano só, fornece material escasso para aferir, de forma objectiva e rigorosa, a dimensão da prossecução deste propósito. Ainda assim, estribados na importância da construção do Centro Miguel Simas para a comunidade e na incompreensível insuficiência do seu financiamento por parte dos poderes públicos, mobilizamos, em 2025, um forte apoio popular, traduzido em manifestações claras e concretas de apoio. Se formos capazes de



potenciar esta tendência favorável, mantendo-a nos seus eixos primordiais, podemos estar a criar uma plataforma fundamental para o futuro.

À partida, jamais pretenderemos reeditar as condições em que estamos a construir este equipamento, porque, muito dificilmente, a instituição estará em condições de voltar a assumir um compromisso e um desafio desta natureza.

Podemos, isso sim, fixar e sublinhar a ideia da imprescindibilidade da existência destes equipamentos para a promoção da coesão social, pedra angular das sociedades democráticas.

#### Apoios decisivos

A construção do Centro Miguel Simas constituiu o motor do amplo movimento de apoio de que a instituição beneficiou durante o ano de 2025 e muitos desses contributos assumiram, sem margem para dúvidas, a sua motivação e finalidade.

Registamos, porém, outros apoios que, pela sua natureza e pela sua história, assentam noutros pressupostos e indiciam outras motivações.

Com proveniências e enquadramentos distintos, enfatizamos o subsídio da SECIL e o apoio do INR, agora Instituto para os Direitos das Pessoas com Deficiência. Ambos têm suportado projectos de importância crucial para a instituição e para a comunidade. Sem eles, a instituição ver-se-ia obrigada a condicionar a sua acção nos planos da cultura e da intervenção social.

Realçamos, ainda, os protocolos e contratos celebrados com a Câmara Municipal de Setúbal e com as duas Juntas de Freguesia da cidade, nomeadamente a Junta de Freguesia de S. Sebastião, aos quais se deve o equilíbrio financeiro das nossas empresas de jardinagem, responsáveis pela empregabilidade de cerca de duas dezenas de cidadãos.

Esta constitui, porventura, uma das mais arrojadas experiências de emprego inclusivo, do concelho e da região, em parte significativa sustentada pela determinante opção destas autarquias.

Setúbal, 17 de Março de 2026

O Presidente da Direção

(Prof. José Maria da Silva Salazar)  
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PAIS E AMIGOS DO  
CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL  
N.I.P.C.: 504 646 869  
Rua Fialho de Almeida Nº 8 e 8A  
2910 - 493 SETÚBAL  
Telef.: 265 541 160 - Tlm.: 960 470 428

Entidade: APPACDM de Setúbal - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente

Data de referência: Contas anuais 2025

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/dez/25	31/dez/24
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo Não Corrente</b>			
Activos Fixos Tangíveis	5	5 431 362,22	3 932 650,27
Activos Intangíveis	6	134 905,81	137 750,00
Investimentos Financeiros	7	56 835,13	50 752,85
		5 623 103,16	4 121 153,12
<b>Ativo Corrente</b>			
Inventários	8	14 427,91	12 248,70
Clientes	9	83 668,32	58 936,22
Estado e Outros Entes Públicos	11	7 995,16	7 188,63
Outros Ativos Correntes	10	359 784,47	283 725,09
Diferimentos	15	37 569,89	27 369,71
Caixa e Depósitos Bancários	4	3 245 178,56	3 830 135,92
		3 748 624,31	4 219 604,27
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<b>9 371 727,47</b>	<b>8 340 757,39</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos Patrimoniais</b>			
Fundos	12	1 500 000,00	1 500 000,00
Reservas	12	302 016,59	302 016,59
Resultados Transitados	12	4 141 951,14	3 598 340,06
Ajustamentos/Outras Variações Fundos Patrimoniais	12	1 028 964,15	1 030 681,94
		6 972 931,88	6 431 038,59
Resultado Líquido do Período		597 400,20	543 611,08
<b>TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS</b>		<b>7 570 332,08</b>	<b>6 974 649,67</b>
<b>Passivo Corrente</b>			
Fornecedores	13	122 728,52	75 351,25
Estado e Outros Entes Públicos	11	97 599,20	98 088,78
Outros Passivos Correntes	14	1 580 309,66	1 191 217,37
Diferimentos	15	758,01	1 450,32
		1 801 395,39	1 366 107,72
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>1 801 395,39</b>	<b>1 366 107,72</b>
<b>TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>		<b>9 371 727,47</b>	<b>8 340 757,39</b>

A Contabilista Certificada

Alexandre Caspary

A Direção

APPACDM DE SETUBAL - ASSOCIAÇÃO  
PORTUGUESA PAIS E AMIGOS DO  
CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL  
N.º P.C.: 504 246 869  
Rua Filhinho de Almeida N.º 8 e 8A  
2910 - 493 SETÚBAL  
Telef.: 265 541 160 - Tlm.: 960 470 428

# *Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados em 31 de dezembro de 2025*

## **1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE**

A APPACDM - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Setúbal, é uma pessoa coletiva de direito privado, constituída sob a forma de associação sem fins lucrativos, com o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, com sede na Avenida S. Francisco Xavier, Lote 8 – C/V-Setúbal, com o número de identificação de pessoa coletiva 504 646 869. Foi constituída a 9 de maio de 2000 e tem como objeto principal o apoio social a pessoas com deficiência.

Em Assembleia Geral realizada em 30 de novembro de 2024, foi aprovada a alteração da morada da sede social da Associação para a Rua Fialho de Almeida n.º 8 e 8.ªA, 2910-493 Setúbal.

A referida alteração estatutária foi apresentada em 10 de janeiro de 2025 junto do Centro Distrital de Setúbal da Segurança Social, para os efeitos legais aplicáveis.

À data de 31 de dezembro de 2025, o processo encontra-se pendente de registo definitivo, aguardando a emissão de parecer favorável da Direção-Geral da Segurança Social, entidade competente para proceder ao registo das alterações estatutárias das IPSS.

O presente anexo apresenta os procedimentos contabilísticos mais significativos na preparação das Demonstrações Financeiras da APPACDM e tem como objetivo melhorar a compreensão das contas.

## **2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras da APPACDM foram preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL) emitida e em vigor à data de 1 de janeiro de 2011, que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho e alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

O SNC-ESNL é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso n.º 8259/2015 de 29/07 – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL);
- Portaria n.º 218/2015 de 23/07 - Código de Contas e respetivas notas de enquadramento (CC-ESNL);
- Portaria n.º 220/2015, de 24/07 – Modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às Entidades do Setor Não Lucrativo.

As demonstrações financeiras, que incluem o balanço, a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, aprovadas pela Direção da APPACDM em 17/03/2026, estão expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime do acréscimo. De acordo com estes pressupostos os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e critérios de reconhecimento contidos na estrutura conceptual para esses elementos, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sob a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 são comparáveis com as do exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2024, não tendo ocorrido alterações relevantes nas políticas contabilísticas adotadas pela Associação.

Sempre que necessário, os valores do período anterior foram reclassificados ou ajustados para efeitos de comparabilidade, não tendo tais reclassificações impacto no resultado líquido do exercício nem na posição financeira da Associação.

## **3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como se segue:

### **3.1 BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras que se apresentam foram preparadas de acordo com a NCRF-ESNL, aplicáveis ao período findo em 31 de dezembro de 2025, seguindo, regra geral, como base de mensuração, o custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com a NCRF-ESNL requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela APPACDM, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Direção da APPACDM e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

### **3.2 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES**

#### **3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade e referem-se a equipamentos utilizados pela APPACDM, no âmbito da sua atividade.

O custo de aquisição compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar na forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do bem e de restauração do local no qual se encontra localizado.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a APPACDM.

Os custos de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime do acréscimo.

Os ativos fixos tangíveis atribuídos a título gratuito, na data de atribuição, são mensurados da seguinte forma e pela ordem apresentada:

- Justo valor;
- Valor pelo qual se encontram segurados;
- Valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador;



Os bens doados à APPACDM são sujeitos a avaliação, sendo assim registados ao seu justo valor, por contrapartida de fundos patrimoniais e subsequentemente imputados a rendimentos de acordo com o descrito na nota 3.2.8.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações são calculadas segundo o método da linha reta (método das quotas constantes), após dedução do valor residual, de acordo os seguintes períodos de vida útil estimados:

Classe de investimento	Vida útil (Número de anos)
Edifícios e outras construções	De 5 a 50 anos
Equipamento básico	De 3 a 12,5 anos
Equipamento de transporte	De 4 a 25 anos
Equipamento administrativo	De 2 a 8 anos
Equipamentos biológicos	De 3 a 10 anos
Outros ativos fixos tangíveis	De acordo com a utilização

As vidas úteis e valor residual são revistas anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na Demonstração de Resultados prospectivamente.

A APPACDM procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

### 3.2.2 Ativos Intangíveis

A APPACDM reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exerça o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a Associação e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade e são amortizados segundo o método das quotas constantes.

Os ativos intangíveis compreendem essencialmente os direitos de superfície, os quais se encontram a ser amortizados de acordo com o período dos direitos de superfície (50 anos). Os direitos de superfície estão mensurados de acordo com o valor atribuído, aquando da cedência (Doação), na escritura pública de constituição desses direitos.

No que respeita a restrições de uso, a estes direitos de superfície não poderá ser dado uso diferente daquele a que se destina (instalação e funcionamento das valências).

### 3.2.3 Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição.

### **Investimentos em subsidiárias**

As participações financeiras em subsidiárias em que a APPACDM exerce o controlo direto e indireto são registadas pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que a APPACDM assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando a APPACDM detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma Entidade, ou de uma atividade económica, a fim de obter benefícios da mesma, mesmo que a percentagem que detém seja inferior a 50%.

A mensuração dos investimentos em subsidiárias nas demonstrações financeiras é efetuada de acordo com o método de equivalência patrimonial, exceto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a empresa detentora, caso em que é usado o método de custo.

### **Método da Equivalência Patrimonial**

A contabilização pelo método de equivalência patrimonial é efetuada a partir da data em que a entidade se torna uma Subsidiária. O investimento numa entidade é inicialmente reconhecido pelo custo e a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a parte do investidor nos resultados da investida depois da data de aquisição.

A diferença apurada aquando da aquisição do investimento, entre o custo do investimento e a parte da APPACDM no justo valor líquido dos ativos e passivos identificáveis da associada/ subsidiária é considerada como goodwill. Isto é, o Goodwill representa o excesso do custo de aquisição/concentração de atividades acima do interesse da adquirente no justo valor líquido dos ativos e passivos da adquirida.

O Goodwill resultante de participações financeiras é incluído na quantia escriturada do investimento.

O Goodwill, é amortizado durante a sua vida útil, ou em 10 anos, caso a sua vida útil não possa ser estimada com fiabilidade. Além disso o Goodwill é testado quanto a imparidade se houver indícios de imparidades.

Após a data de aquisição, a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a parte do APPACDM nos resultados e capitais próprios da subsidiária

Se a parte da APPACDM nas perdas da subsidiária igualar ou exceder o seu interesse na subsidiária, as perdas adicionais são tidas em conta mediante o reconhecimento de um passivo, somente na medida em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas, o qual se encontra registado na rubrica de provisões.

### **3.2.4 Inventários**

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

A fórmula de custeio utilizado para as saídas de armazém é o custo médio ponderado.

### **3.2.5 Clientes e Outros Créditos a Receber**

Os clientes e outros créditos a receber são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, que corresponde ao seu valor nominal, sendo posteriormente mensurados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência da evidencia objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

### **3.2.6 Estado e Outros Entes Públicos**

A Associação encontra-se isenta de IRC, exceto quanto aos rendimentos obtidos e aos correspondentes gastos se incorridos fora do objeto social, que é o caso do projeto Flores da Arrábida. No ano de 2025, este projeto apurou um resultado líquido positivo no montante de 8.635,19€.

Essencialmente, o valor desta rubrica, no Ativo, respeita a 50% do valor dos reembolsos de iva solicitados de acordo com regimes previstos nos Decretos-Lei n.º 20/90, de 13 de janeiro, n.º 113/90, de 5 abril e n.º 84/2017 de 21 de julho.

### **3.2.7 Caixa e Equivalentes de Caixa**

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa, em depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo.

Os descobertos bancários, caso existam, são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos Obtidos, e são considerados, na elaboração da demonstração de fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

### **3.2.8 Subsídios do Governo e Doações**

#### **Subsídios ao Investimento**

Os subsídios do Governo não reembolsáveis, relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis, são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais e, subsequentemente quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem (depreciações e amortizações). Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis, são mantidos nos Fundos Patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

#### **Subsídios à Exploração**

Os subsídios obtidos no âmbito da execução de projetos e dos acordos cooperação são registados na rubrica da Demonstração de Resultados “Subsídios à Exploração” na parte correspondente à percentagem de financiamento dos gastos incorridos durante o exercício em cada projeto independentemente do momento do recebimento dos subsídios, registando-se no passivo, os adiantamentos, e no ativo, os montantes a receber.

Um subsídio não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que a APPACDM cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido, o que sucede após a assinatura do contrato ou na homologação do valor do subsídio pelas entidades financiadoras.

### **3.2.9 Reconhecimento dos rendimentos / gastos**

Os gastos e os rendimentos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. No final do ano são efetuadas estimativas para os montantes não reconhecidos, que repõem na demonstração os valores respeitantes às responsabilidades/recebimentos que dizem respeito ao exercício em causa.

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

A APPADCM reconhece o rendimento das quotas dos sócios no momento do recebimento, exceto se estes forem referentes ao pagamento de quotas de períodos subsequentes, situação em que tais montantes são registados no balanço e reconhecidos em resultados no período respetivo.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

### **3.2.10 Gastos/ Rendimentos de Financiamentos**

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo.

### **3.2.11 Acontecimentos após a data do Balanço**

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 17/03/2026, data em que foram aprovadas as contas pela Direção da Associação conforme referido na nota 2.

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem materiais.

### **3.2.12 Imparidades**

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação de existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas de imparidade registadas por contrapartida de resultados.

## **3.3 PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS**

As NCFR-ESNL requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no valor do Ativo, Passivo, Fundos Patrimoniais, Gastos e Rendimentos.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são apresentados nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação poderá afetar os resultados e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Associação é apresentada na nota 3.2.

### **Provisões**

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

Em 31 de Dezembro de 2025, a Associação não tinha qualquer processo judicial em curso que justifique o reconhecimento de uma provisão ou passivo contingente.



### Imparidades de ativos não correntes

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser realizável.

### 4. FLUXOS DE CAIXA

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Rubricas	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	10.875,16	10.811,05
Depósitos à Ordem	3.234.303,40	3.119.324,87
Outros Instrumentos Financeiros	0,00	700.000,00
<b>Caixa e Depósitos Bancários</b>	<b>3.245.178,56</b>	<b>3.830.135,92</b>

### 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Apresentamos de seguida os movimentos ocorridos no exercício nas rubricas dos Ativos Fixos Tangíveis e respetivas rubricas de depreciações.

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transfer. / Regulariz.	Abates	Saldo Final
<b>VALOR BRUTO</b>						
<b>Ativos Fixos Tangíveis</b>						
Terrenos e Recursos Naturais	323.454,87					323.454,87
Edifícios O. Construções	5.182.324,49					5.182.324,49
Equipamento Básico	373.427,29	4.757,06				378.184,35
Equipamento Transporte	739.219,68	101.849,47				841.069,15
Equipamento administrativo	400.102,13	4.806,46				404.908,59
Equipamento biológico	4.550,00					4.550,00
Outros Ativos Fixos	6.495,74					6.495,74
<b>Total Ativo Fixo Tang. Bruto</b>	<b>7.029.574,20</b>	<b>111.412,99</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.140.987,19</b>
<b>DEPRECIACÕES</b>						
<b>Ativos Fixos Tangíveis</b>						
Edifícios O. Construções	2.186.579,68	101.920,00				2.288.499,68
Equipamento Básico	323.997,30	8.109,02				332.106,32
Equipamento Transporte	563.002,51	74.892,03				637.894,54
Equipamento administrativo	390.861,62	5.158,78				396.020,40
Equipamento biológico	2.606,71	568,75				3.175,46
Outros Ativos Fixos	6.495,74	0,00				6.495,74
<b>Total das Depreciações</b>	<b>3.473.543,56</b>	<b>190.648,58</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.664.192,14</b>
<b>Investimentos em curso</b>	<b>376.619,63</b>	<b>1.577.947,54</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.954.567,17</b>
<b>Total Ativo Fixo Tang. Líquido</b>	<b>3.932.650,27</b>	<b>1.498.711,95</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.431.362,22</b>

No exercício de 2025, a Associação celebrou um contrato de abertura de crédito com a Caixa Económica Montepio Geral, no âmbito da linha InvestEU – Social Entrepreneurship, até ao montante máximo de 1.500.000 euros, destinado ao financiamento dos investimentos em curso no Centro Miguel Simas, relativos às respostas sociais Lar Residencial e Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI).

À data de 31 de dezembro de 2025, o referido financiamento não havia sido ainda utilizado, não se encontrando reconhecido qualquer montante em dívida associado a este contrato.

O financiamento beneficia de uma garantia prestada pelo Fundo Europeu de Investimento (FEI), no âmbito do programa InvestEU, não tendo sido prestadas pela Associação quaisquer garantias reais ou pessoais.

## 6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Apresentamos de seguida os movimentos ocorridos no exercício nas rubricas dos Ativos Intangíveis e respetivas rubricas de depreciações.

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transfer. / Regulariz.	Abates	Saldo Final
<b>Ativos Intangíveis</b>						
Direitos de superfície	163.750,00					163.750,00
Programas Computador	17.330,19	469,96				17.800,15
<b>Total Ativo Intangível Bruto</b>	<b>181.080,19</b>	<b>469,96</b>				<b>181.550,15</b>
<b>DEPRECIACÕES</b>						
Direitos de superfície	26.000,00	3.275,00				29.275,00
Programas Computador	17.330,19	39,15				17.369,34
<b>Total das Depreciações</b>	<b>43.330,19</b>	<b>3.314,15</b>				<b>46.644,34</b>
<b>Toral Ativo Intangível</b>	<b>137.750,00</b>	<b>-2.844,19</b>				<b>134.905,81</b>

## 7. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Esta rubrica é constituída pelo saldo existente no Fundo de Compensação do Trabalho e pelas participações financeiras em subsidiárias, tal como se apresenta:

Empresas Subsidiárias	Sede	Capital Social	% Capital Detido	Área de Negócio	Área Geográfica
Orquídia da Arrábida, Lda.	Setúbal	500,00 €	99,8%	Plantação e manutenção jardins	Setúbal

Empresas Subsidiárias	Sede	%	Valores Balanço 31-dez-25
Orquídia da Arrábida, Lda.	Setúbal	99,8%	13.488,72

Em 31 de dezembro de 2025, os dados financeiros mais significativos retirados das demonstrações financeiras desta empresa sujeita à regra do MEP podem ser resumidos da seguinte forma:

Entidade	%	Valor	MEP	MEP	MEP	Ganhos	Valor
		Transitado	Ajustam	Resultados	Total		Final
Orquídia da Arrábida, Lda	99,8%	7.379,47	0,00	6.082,28	13.461,75	6.082,28	13.461,75

Ganhos	6.082,28
Perdas	0,00
<b>Total</b>	<b>6.082,28</b>

A aplicação do método equivalência patrimonial – MEP – em 2025, originou um ganho de 6.082,28 euros.

## 8. INVENTÁRIOS

Rubricas	31/12/2025	31/12/2024
Existências Iniciais	12.248,70	10.450,57
Compras	69.500,93	64.940,22
Regularizações Existências	0,00	0,00
Existências Finais	<u>14.427,91</u>	<u>12.248,70</u>
<b>Custo Mercadorias Vendidas e das Mat. Consumidas</b>	<b><u>67.321,72</u></b>	<b><u>63.142,09</u></b>

O valor de Inventário corresponde às existências finais em cada uma das valências da Instituição.

## 9. CLIENTES

Rubricas	31/12/2025		31/12/2024	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Clientes Gerais	54.882,66	-	13.782,94	-
Utentes	28.785,66	-	45.153,28	-
Clientes e Utentes Cob. Duvidosa	49.819,18	-	29.816,86	-
Perdas por Imparidade Acumuladas	(49.819,18)	-	(29.816,86)	-
<b>Saldo</b>	<b><u>83.668,32</u></b>	<b>-</b>	<b><u>58.936,22</u></b>	<b>-</b>

## 10. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Rubricas	31/12/2025		31/12/2024	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Outros Instrumentos Financeiros	116.681,04	-	113.472,52	-
Outras Contas a Receber	243.103,43	-	170.252,57	-
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	-	0,00	-
<b>Saldo</b>	<b><u>359.784,47</u></b>	<b>-</b>	<b><u>283.725,09</u></b>	<b>-</b>

## 11. ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS

Quanto à rubrica Estado e Outros Entes Públicos, é composta como se segue:

ATIVOS	31/12/2025	31/12/2024
Pagamentos por conta	0,00	0,00
Retenção s/ Rendimentos Capitais	1.314,44	3.482,09
Reembolsos Pedidos - IVA	6.680,48	3.706,54
<b>Impostos a receber</b>	<b><u>7.995,16</u></b>	<b><u>7.188,63</u></b>

<b>PASSIVOS</b>		
IRC estimado	568,80	0,00
Retenções de IRS Trab. dependente	10.743,29	11.412,82
Retenções de IRS Trab. Independente	575,00	910,98
IVA	4.323,77	4.992,38
FCT/FGCT	0,00	0,00
Contribuições para a Seg. Social	81.388,34	80.772,60
Outros Tributações	0,00	0,00
<b>Impostos a pagar</b>	<b>97.599,20</b>	<b>98.088,78</b>

## 12. FUNDOS PATRIMONIAIS

O movimento ocorrido nas rubricas de Fundos Patrimoniais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi como segue:

Descrição	Notas	Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos/Outras Var.Fundos Patrimoniais	Resultado Liq.Período	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no Início do Período		1 500 000,00	302 016,59	3 598 340,06	1 030 681,94	543 611,08	6 974 649,67
Alterações no Período							
Reconhecimento do subsídio de investimento	12				-66 717,79		-66 717,79
Outras Alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	12			0,00	65 000,00		65 000,00
Doações	12				0,00		0,00
Aplicação do resultado do ano anterior	12			543 611,08		-543 611,08	0,00
				<b>543 611,08</b>	<b>-1 717,79</b>	<b>-543 611,08</b>	<b>-1 717,79</b>
Resultado Líquido do Período						597 400,20	597 400,20
Resultado Integral							595 682,41
Posição no Final do Período		1 500 000,00	302 016,59	4 141 951,14	1 028 964,15	597 400,20	7 570 332,08

Os subsídios ao investimento atribuídos à APPACDM são reconhecidos em “Outras Variações nos Fundos Patrimoniais” e posteriormente reconhecidos em rendimentos na proporção da depreciação/amortização dos ativos subsidiados.

## 13. FORNECEDORES

Esta rubrica engloba os seguintes montantes:

Rubricas	31/12/2025	31/12/2024
<b>Passivos Correntes</b>		
<b>Fornecedores</b>		
Fornecedores Nacionais	86.633,77	71.894,87
Fornecedores Faturas Receção e Conferencia	36.094,75	3.456,38
	<b>122.728,52</b>	<b>75.351,25</b>

Os montantes apresentados são classificados como passivos correntes.

## 14. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Esta rubrica engloba os seguintes montantes:

Rubricas	31/12/2025	31/12/2024
<b>Passivos Correntes</b>		
<b>Outras Contas a Pagar</b>		
Remunerações a pagar ao pessoal	334,95	1.757,16
Fornecedores de Investimentos	211.683,82	103.015,01
Credores por acréscimos	719.674,34	632.930,24
Outros devedores e credores	648.616,55	453.514,96
	<b>1.580.309,66</b>	<b>1.191.217,37</b>

A rubrica “Outros Passivos Correntes” inclui o montante de 357.541,16 euros, correspondente a adiantamentos recebidos no âmbito do Contrato de Comparticipação Financeira relativo à construção do novo Centro Miguel Simas (resposta social Lar Residencial).

Este financiamento foi atribuído ao abrigo do Regulamento do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais – 3.ª Geração (PARES 3.0), tendo o respetivo contrato sido celebrado em 6 de julho de 2022 e posteriormente objeto de aditamento em 3 de setembro de 2024.

O montante recebido corresponde a verbas antecipadas destinadas ao financiamento do investimento, as quais serão posteriormente reconhecidas nos fundos patrimoniais como subsídios ao investimento, sendo a respetiva imputação a resultados efetuada de forma sistemática e proporcional às depreciações dos ativos financiados, ao longo da sua vida útil, em conformidade com o estabelecido no contrato de financiamento e com as normas contabilísticas aplicáveis.

## 15. DIFERIMENTOS

Rubricas	31/12/2025	31/12/2024
<b>Gastos a reconhecer:</b>		
Seguros	37.569,89	27.369,71
<b>Total Gastos a Reconhecer</b>	<b>37.569,89</b>	<b>27.369,71</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer:</b>		
Outros Rendimentos a Reconhecer	758,01	1.450,32
<b>Total dos Rendimentos a Reconhecer</b>	<b>758,01</b>	<b>1.450,32</b>

## 16. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Rubricas	31/12/2025	31/12/2024
Vendas	24.280,88	31.405,61
Quotas	5.710,36	4.730,61
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	3.502.245,47	3.213.630,12
Mensalidades	474.251,32	426.896,38
Prestações de Serviços	209.361,24	152.677,58
	<b>4.215.849,27</b>	<b>3.829.340,30</b>

Na preparação das demonstrações financeiras do exercício de 2025, foi tido em consideração o esclarecimento emitido pela Comissão de Normalização Contabilística, através da FAQ n.º 39 (atualizada em 06/09/2024), relativamente ao reconhecimento contabilístico das participações financeiras mensais atribuídas pelo Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS).

De acordo com o referido esclarecimento, as participações financeiras recebidas no âmbito de acordos típicos, nas quais os montantes atribuídos pelo ISS se encontram dependentes da variação de frequência dos utentes e são concedidos como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelos mesmos, devem ser reconhecidas como prestações de serviços.

Adicionalmente, no que respeita às Residências Autónomas, embora os acordos celebrados com o ISS sejam considerados atípicos, a participação financeira atribuída depende igualmente da assiduidade dos utentes e inclui a participação familiar. Assim, entendeu-se também reconhecer contabilisticamente estas participações como prestações de serviços.

Este tratamento contabilístico visa refletir de forma mais adequada a natureza das transações e garantir o cumprimento das orientações emanadas pela entidade normalizadora.

No exercício de 2025, a rubrica “Vendas e Prestações de Serviços” inclui o montante de 3.501.995,47 euros relativo a serviços prestados ao Instituto da Segurança Social, I.P.

#### 17. SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

Rubricas	31/12/2025	31/12/2024
ISS	549.121,48	684.594,66
IEFP	452.347,83	412.476,63
DGESTE	534.998,95	538.953,48
ACM (Projeto Escolhas)	67.804,54	61.310,08
INR	22.833,43	19.449,86
Autarquias	10.500,00	39.492,00
Outras Entidades	164.792,44	177.170,38
	<b>1.802.398,67</b>	<b>1.933.447,09</b>

Os subsídios à exploração (quer os recebidos do IEFP, quer os recebidos do ACM) foram reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo.

#### 18. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Rubricas	31/12/2025	31/12/2024
Subcontratos	132.020,65	120.058,33
Serviços especializados	215.404,00	224.847,54
Materiais	46.598,03	46.626,90
Energia e Fluidos	155.001,52	146.748,93
Deslocações Estadas e Transportes	32.588,88	33.831,91
Serviços Diversos	96.777,12	108.245,31
<b>TOTAL</b>	<b>678.390,20</b>	<b>680.358,92</b>

#### 19. GASTOS COM O PESSOAL

A repartição dos Gastos com o Pessoal nos exercícios findos em 2025 e 2024 foi a seguinte:

<b>Rubricas</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Remunerações do Pessoal	3.677.447,14	3.537.015,37
Encargos sobre Remunerações	736.574,93	706.620,38
Seg. Acidentes Trabalho	53.743,38	43.477,73
Outros Gastos com o Pessoal	7.760,59	11.548,06
<b>TOTAL</b>	<b><u>4.475.526,04</u></b>	<b><u>4.298.661,54</u></b>

O número médio de colaboradores ao serviço da APPACDM no ano de 2025 foi de 250 e em 2024 foi de 252.

Os órgãos sociais da APPACDM não auferiram qualquer remuneração.

## 20. AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

O valor de 3.208,52€ reflete o ajustamento nos Outros Instrumentos Financeiros à data de 31/12/2025.

## 21. OUTROS RENDIMENTOS

<b>Rubricas</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Rendimentos suplementares	62.264,15	51.089,50
Descontos pronto pagamento obtidos	360,99	0,00
Rendimentos Inv. Não Financeiros	5.400,00	5.400,00
Correções relativas a períodos anteriores	1.029,79	4.420,01
Imputação de subsídios para investimentos	66.717,79	56.822,22
Outros não especificados	43.915,09	33.871,09
Juros obtidos	7.718,98	21.241,63
	<b><u>187.406,79</u></b>	<b><u>172.844,45</u></b>

## 22. OUTROS GASTOS

<b>Rubricas</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Impostos	12.254,75	10.316,93
Gastos em Investimentos não financeiros	0,00	0,20
Correções relativas a períodos anteriores	11.740,51	24.758,56
Quotizações	1.434,20	3.122,00
Outros custos não especificados	156.343,80	128.639,46
Juros suportados	0,26	0,00
	<b><u>181.773,52</u></b>	<b><u>166.837,15</u></b>

A Rubrica “Outros custos não especificados” inclui gastos com bolsas, subsídio de transporte e subsídio de alimentação dos utentes do CRP e bolsas dos contratos de emprego apoiado.

## 23. GARANTIAS E AVALES

A APPACDM não prestou qualquer garantia ou aval.

## 24. PARTES RELACIONADAS

### Transações

	2025	2024
<b>Vendas e serviços prestados</b>		
Subsidiárias (Orquídea da Arrábida, Lda.)	50.300,00	66.000,00
	<b>50.300,00</b>	<b>66.000,00</b>

### Compras e serviços adquiridos

Subsidiárias (Orquídea da Arrábida, Lda.)	0,00	0,00
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### Saldos

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Clientes</b>		
Subsidiárias (Orquídea da Arrábida, Lda.)	0,00	0,00
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### Outros créditos a receber

Subsidiárias (Orquídea da Arrábida, Lda.)	62.548,34	78.156,54
	<b>62.548,34</b>	<b>78.156,54</b>

### Fornecedores

Subsidiárias (Orquídea da Arrábida, Lda.)	-1.490,15	-1.490,15
	<b>-1.490,15</b>	<b>-1.490,15</b>

### Financiamentos concedidos

Subsidiárias (Orquídea da Arrábida, Lda.)	0,00	0,00
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### Outras dívidas a pagar

Subsidiárias (Orquídea da Arrábida, Lda.)	0,00	0,00
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## 25. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes com impacto nas demonstrações financeiras com referência a 31/12/2025.

Setúbal, 17 de março de 2026

A Contabilista Certificada

A Direção

APPACBM DE SETÚBAL - ASSOCIAÇÃO  
PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO  
CIDADÃO DE CIENTE MENTAL  
N.I.P.C. 04 646 889  
Rua Plácido de Castilho, 2910-4  
2910-4  
SFR 1071  
Tel.: 265 541 10

Entidade: APPACDM de Setubal - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental

Data de referencia: Contas anuais 2025

Demonstração financeira: Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

**Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no Período de 2024**

Euros

Descrição	Notas	Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos/Outras Var.Fundos Patrimoniais	Resultado Liq.Período	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no Início do Período		1 500 000,00	302 016,59	3 207 932,12	1 087 504,16	390 407,94	6 487 860,81
<b>Alterações no Período</b>							
Reconhecimento do subsídio de investimento	12				-56 822,22		-56 822,22
Outras Alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	12			0,00	0,00		0,00
Doações	12				0,00		0,00
Aplicação do resultado do ano anterior	12			390 407,94		-390 407,94	0,00
				<b>390 407,94</b>	<b>-56 822,22</b>	<b>-390 407,94</b>	<b>-56 822,22</b>
<b>Resultado Líquido do Período</b>						<b>543 611,08</b>	<b>543 611,08</b>
<b>Resultado Integral</b>							<b>486 788,86</b>
Posição no Final do Período		1 500 000,00	302 016,59	3 598 340,06	1 030 681,94	543 611,08	6 974 649,67

**Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no Período de 2025**

Euros

Descrição	Notas	Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos/Outras Var.Fundos Patrimoniais	Resultado Liq.Período	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no Início do Período		1 500 000,00	302 016,59	3 598 340,06	1 030 681,94	543 611,08	6 974 649,67
<b>Alterações no Período</b>							
Reconhecimento do subsídio de investimento	12				-66 717,79		-66 717,79
Outras Alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	12			0,00	65 000,00		65 000,00
Doações	12				0,00		0,00
Aplicação do resultado do ano anterior	12			543 611,08		-543 611,08	0,00
				<b>543 611,08</b>	<b>-1 717,79</b>	<b>-543 611,08</b>	<b>-1 717,79</b>
<b>Resultado Líquido do Período</b>						<b>597 400,20</b>	<b>597 400,20</b>
<b>Resultado Integral</b>							<b>595 682,41</b>
Posição no Final do Período		1 500 000,00	302 016,59	4 141 951,14	1 028 964,15	597 400,20	7 570 332,08

A Contabilista Certificada

A Direcção

*Alexandra Fernandes*

*Luís António de Jesus Sápara Cabrito Soares*

**APPACDM DE SETÚBAL - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL**  
 N.I.P.C.: 504 646 869  
 Rua Fialho de Almeida Nº 8 e 8A  
 2910 - 493 SETÚBAL  
 Telef.: 265 541 160 - Tlm.: 960 470 428

Entidade: APPACDM de Setúbal - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental

Data de referência: Contas anuais 2025

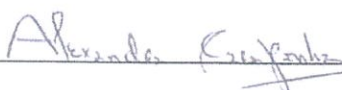
**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA  
NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

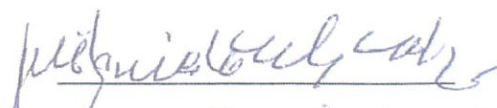
Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		628 387,48	556 773,96
Pagamentos a Fornecedores		(559 659,78)	(629 258,70)
Pagamentos ao Pessoal		(4 394 137,70)	(4 217 888,94)
Caixa gerada pelas operações		(4 325 410,00)	(4 290 373,68)
Pagamento / Recebimento do Imposto sobre o Rendimento		3 482,09	1 212,50
Outros Recebimentos / Pagamentos		5 065 970,40	5 184 452,61
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)</b>		<b>744 042,49</b>	<b>895 291,43</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
<u>Pagamentos Respeitantes a:</u>			
Ativos Fixos Tangíveis		(1 548 523,31)	(233 718,90)
Ativos Intangíveis		(469,96)	0,00
<u>Recebimentos Provenientes de</u>			
Ativos Fixos Tangíveis		0,00	0,00
Investimentos Financeiros		0,00	0,00
Subsídios ao Investimento		167 740,96	235 300,20
Juros e Rendimentos Similares		10 936,67	14 698,89
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)</b>		<b>(1 370 315,64)</b>	<b>16 280,19</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
<u>Recebimentos Provenientes de:</u>			
Doações		41 315,79	38 138,43
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)</b>		<b>41 315,79</b>	<b>38 138,43</b>
<b>Variação de Caixa e seus Equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)</b>		<b>(584 957,36)</b>	<b>949 710,05</b>
<b>Caixa e seus Equivalentes no Início do Período</b>		<b>3 830 135,92</b>	<b>2 880 425,87</b>
<b>Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período</b>	4	<b>3 245 178,56</b>	<b>3 830 135,92</b>

A Contabilista Certificada

A Direção



  
João Paulo Cruz

APPACDM DE SETÚBAL - ASSOCIAÇÃO  
PORTUGUESA PAIS E AMIGOS DO  
CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL  
N.I.P.C.: 504 646 869  
Rua Fialho de Almeida Nº 8 e 8A  
2910 - 493 SETÚBAL  
Telef.: 265 541 160 - Tlm.: 960 470 428

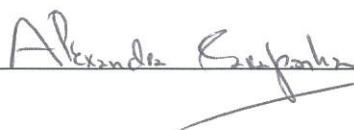
Entidade: APPACDM de Setúbal - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental  
 Data de referência: Contas anuais 2025  
**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**  
**NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

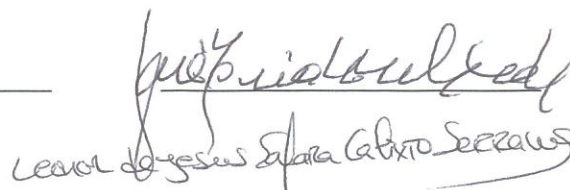
Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS		
		2025	2024
Vendas e Serviços Prestados	16	4 215 849,27	3 829 340,30
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	17	1 802 398,67	1 933 447,09
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias	7	6 082,28	5 301,61
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	8	-67 321,72	-63 142,09
Fornecimentos e Serviços Externos	18	-678 390,20	-680 358,92
Gastos com o Pessoal	19	-4 475 526,04	-4 298 661,54
Imparidade de Dívidas a Receber (Perdas/Reversões)	9	-20 002,32	-1 353,00
Aumentos/Reduções de Justo Valor	20	3 208,52	6 521,80
Outros Rendimentos	21	187 406,79	172 844,45
Outros Gastos	22	-181 773,52	-166 837,15
<b>Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos</b>		<b>791 931,73</b>	<b>737 102,55</b>
Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização	5 e 6	-193 962,73	-193 491,47
<b>Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)</b>		<b>597 969,00</b>	<b>543 611,08</b>
<b>Resultado Antes de Impostos</b>		<b>597 969,00</b>	<b>543 611,08</b>
Imposto sobre o rendimento do período	11	-568,80	0,00
<b>Resultado Líquido do Período</b>		<b>597 400,20</b>	<b>543 611,08</b>

A Contabilista Certificada

A Direção





**APPACDM DE SETÚBAL - ASSOCIAÇÃO  
 PORTUGUESA PAIS E AMIGOS DO  
 CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL**  
 N.I.P.C.: 504 646 869  
 Rua Fialho de Almeida Nº 8 e 8A  
 2910 - 493 SETÚBAL  
 Telef.: 265 541 160 - Tlm.: 960 470 428

## Parecer do Conselho Fiscal

- Aos dezassete dias do mês de Março do ano de 2026, pelas dezassete horas e trinta minutos, no Centro de Administração, Participação, Cultura e Inovação- CAPCI Sónia Rio da APPACDM de Setúbal – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, sito na Rua Fialho de Almeida Nº 8 – 8 A, 2910-493 Setúbal, reuniu o Conselho Fiscal, registando-se as presenças da Presidente, Maria Helena do Alpendre Pereira Fruta Ribeiro, do Primeiro Vogal, Fernando Manuel Pepe Toninho e do Segundo Vogal, António Mário Pereira Carolino, a fim de apreciarem o Relatório de Atividades e Contas de Gerência do exercício de dois mil e vinte e cinco, analisada a atividade que foi desenvolvida e os principais factos ocorridos.

Verificaram-se os saldos das contas bancárias, assim como os documentos das receitas e despesas, salientando-se o resultado líquido que apresenta um saldo positivo de 597.400,20€ (quinhentos e noventa e sete mil, quatrocentos euros e vinte cêntimos).

---

Com base no draft da certificação legal de contas, dos Revisores Oficiais e face ao que antecede o Conselho Fiscal emite parecer favorável às contas e Relatório de Gestão do ano de dois mil e vinte e cinco, apresentado pela direção da APPACDM de Setúbal, com um voto de louvor pelo trabalho realizado pelos Órgãos Sociais.

---

- Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, da qual para constar foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, será assinada por todos quantos nela estiveram presentes e a aprovaram:

A Presidente:

*Maria Helena Alpendre Pereira Fruta Ribeiro*

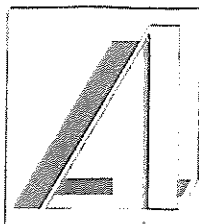
O Primeiro Vogal:

*Fernando Manuel Pepe Toninho*

O Segundo Vogal:

*António Mário Pereira Carolino*

**APPACDM DE SETÚBAL - ASSOCIAÇÃO  
PORTUGUESA PAIS E AMIGOS DO  
CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL**  
N.I.P.C.: 504 646 869  
Rua Fialho de Almeida Nº 8 e 8A  
2910 - 493 SETÚBAL  
Telef.: 265 541 160 - Tlm.: 960 470 428



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião com reserva

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da *Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Setúbal, I.P.S.S.*, ("Entidade" ou APPACDM), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 9.371.727 euros e um total de fundos patrimoniais de 7.570.332 euros, incluindo um resultado líquido de 597.400 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como o Anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reserva", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da *Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Setúbal, I.P.S.S.* em 31 de dezembro de 2025 e o desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião com reserva

À data do nosso relatório, encontravam-se em curso vários trabalhos na área do Ativo fixo tangível com vista a suprir algumas das limitações existentes em termos da informação apresentada no cadastro dos ativos, bem como inventariar todos os bens na posse da APPACDM e proceder à respetiva atualização cadastral. Tais trabalhos têm vindo a ser desenvolvidos desde o processo de encerramento das contas de 2018, no entanto, não tendo sido concluídos, o cadastro de ativos da APPACDM ainda não permite efetuar uma verificação inequívoca dos bens de sua propriedade, pelo que não podemos certificar, na sua totalidade, a rubrica de Ativos fixos tangíveis, inscrita no Balanço pelo montante de 5.431.362 euros, bem como concluir sobre a inclusão de todos os bens nas demonstrações financeiras.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da *Ordem dos Revisores Oficiais de Contas*. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reserva.

#### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de



Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e



- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 17 de março de 2026

Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda.  
representada por José Duarte Assunção Dias  
ROC n.º 513 registado na CMVM com o n.º 20160185